

A ANTROPOLOGIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA: UMA ANÁLISE DE TRÊS LIVROS DIDÁTICOS

Bárbara de Souza Fontes*

RESUMO: O ensino da Antropologia na Educação Básica está ligado à disciplina Sociologia que, apesar da nomenclatura, deve contemplar também a Antropologia e a Ciência Política segundo as diretrizes curriculares específicas. Desde 2012, a disciplina faz parte do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) que distribui livros didáticos para estudantes de escolas públicas no país. Nesse sentido, este artigo busca refletir sobre a antropologia no ensino básico, a partir da abordagem que os três livros didáticos de Sociologia aprovados no PNLD 2015 e mais escolhidos pelos professores das escolas públicas brasileiras fazem dessa área do conhecimento.

PALAVRAS-CHAVE: Livro didático; Antropologia; Educação Básica; disciplina Sociologia.

ABSTRACT: Anthropology in Basic Education is connected to Sociology, and in spite of nomenclature, should also consider Anthropology and Political Science, according to specific curriculum guidelines. Since 2012, the course is part of *Programa Nacional do Livro Didático* (PNLD) that distributes textbooks for public school students in the country. This way, this article aims to discuss about Anthropology in Basic Education, from the approach that the three Sociology textbooks approved on PNLD 2015 and the most chosen ones by the teachers of Brazilian public schools make of this area of knowledge.

KEYWORDS: Textbook; Anthropology; Basic Education; Sociology.

I. Introdução¹

O ensino da Antropologia na Educação Básica está ligado à disciplina Sociologia que, desde 2011, está efetivamente inserida no ensino médio de toda a rede de ensino brasileira e, apesar da nomenclatura, todas as diretrizes curriculares específicas indicam que seus conteúdos devem contemplar as Ciências Sociais, incluindo a Antropologia e a Ciência Política (cf. PCNEM+ e OCNEM). Pela primeira vez, em 2012, a disciplina fez parte do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD)² que distribui livros didáticos³ para estudantes de escolas públicas no país.

*Mestra pelo Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia/UFRJ. Professora de Sociologia do Colégio Pedro II.

¹ Este trabalho foi apresentado e consta dos anais do IV Encontro Nacional sobre o Ensino de Sociologia na Educação Básica (ENESEB), realizado entre 17 e 19 de julho de 2015 na UNISINOS/RS.

² O Edital do PNLD de 2015 corrobora a importância de se contemplar as três áreas das Ciências Sociais no livro didático de Sociologia: “A disciplina Sociologia representa um conjunto de conhecimentos que se convencionou

A conjuntura atual possui uma singularidade que justifica o interesse em investigar o campo temático do Ensino de Ciências Sociais na Educação Básica. Com a aprovação da Lei 11.684 de 2008, que define a obrigatoriedade do ensino de Sociologia em todas as séries do Ensino Médio a partir do ano de 2011, os conteúdos e temas das Ciências Sociais chegam a um público que corresponde a cerca de oito milhões de estudantes⁴ através de aulas e da recomendação de livros didáticos de Sociologia, escolhidos pelo MEC no âmbito do PNLD.

Essa expansão que o campo das Ciências Sociais está vivendo desde a implementação da Lei 11.684 é marcada por um 'silêncio' de pesquisas em relação à Antropologia, afinal, "Que Antropologia é essa ensinada nas escolas?". Com isso, o objetivo deste artigo é contribuir para esse campo problemático realizando uma reflexão sobre o ensino de antropologia para não antropólogos, especificamente no caso do ensino básico. Publicações da Associação Brasileira de Antropologia (2004, 2006, 2010) evidenciam que ainda não há uma preocupação do campo em relação à qual apropriação da disciplina está sendo feita no nível básico da educação. Destaca-se, além disso, que, na interface entre Antropologia e Educação⁵, as pesquisas antropológicas voltadas para a Educação Básica são direcionadas, sobretudo, no sentido de apreender as diversas dimensões do cotidiano escolar e das práticas pedagógicas como um objeto de pesquisa ou, em outras palavras, como campo etnográfico. Nesse sentido, não há uma reflexão sistemática na comunidade acadêmica sobre qual antropologia é essa que está agora presente nas escolas a partir da disciplina Sociologia.

Este artigo propõe uma reflexão sobre o ensino de Antropologia na Educação Básica no Brasil a partir da abordagem que três livros didáticos de Sociologia aprovados no processo do PNLD 2015 fazem dessa área do conhecimento. Foram selecionados para a análise os três livros mais escolhidos pelos professores das escolas públicas

denominar Ciências Sociais. Por isso, contempla conteúdos da Antropologia Cultural, da Ciência Política e da Sociologia" (p.51).

³ Em 2012 foram dois livros de Sociologia aprovados no Edital: *Sociologia para o Ensino Médio*, de Nelson Dacio Tomazi, e *Tempos Modernos, Tempos de Sociologia*, de Helena Bomeny e Bianca Freire-Medeiros (coordenadoras).

⁴ Em 2014 havia 8,30 milhões de matrículas no ensino médio regular e na educação de jovens e adultos da rede de ensino público e privado no país. Fonte: Censo Escolar/INEP

⁵ Conferir Dauster, 2007.

brasileiras: *Sociologia em Movimento* (2.420.496 exemplares), *Sociologia Hoje* (1.662.645 exemplares) e *Sociologia para o Ensino Médio* (1.250.718 exemplares)⁶. É importante destacar que o Edital do PNLD determina conteúdos que os livros devem abordar, funcionando como uma espécie de guia curricular nacional. Nesse sentido, estabelece que categorias como cultura, sociedade, etnocentrismo, poder, dominação, ideologia, instituições sociais, socialização e identidade social sejam apresentadas aos estudantes. A pluralidade de teorias que envolvem os conceitos, desde abordagens consideradas clássicas até aquelas mais recentes também são recomendações do Edital que estão presentes nas obras analisadas.

II. A antropologia nos livros didáticos

2.1 *Sociologia para o Ensino Médio*

Apesar de ter sido o terceiro livro mais escolhido em 2015, o livro *Sociologia para o Ensino Médio*, de Nelson Dacio Tomazi será o primeiro analisado neste artigo por se tratar do único livro já aprovado no PNLD de 2012 e que teve poucas modificações para o PNLD de 2015. Além disso, trata-se de uma clara referência para a elaboração de outros livros didáticos, como veremos na análise do livro *Sociologia em Movimento*. O autor organiza as unidades e capítulos de acordo com grandes temas, como “Trabalho e Sociedade”, “Direitos, cidadania e movimentos sociais” e “Mudança e transformação social”. De maneira geral, na construção do texto os teóricos são utilizados de forma complementar para a explicação do conteúdo referente aos temas dos capítulos.

Este livro é mais marcadamente voltado para a discussão e a utilização de autores da área da Sociologia em detrimento das outras áreas das Ciências Sociais, mesmo quando estas possuem referências relevantes para a compreensão de determinados temas. Assim, por exemplo, no capítulo 7, intitulado “Estrutura e estratificação social”, o sistema de castas na Índia é abordado apenas sob a perspectiva de

⁶No total foram aprovados seis livros. Além dos citados, em 4º lugar está o livro *Tempos Modernos, Tempos de Sociologia* (1.043.676 exemplares), em 5º lugar *Sociologia* (917.432 exemplares) e em 6º lugar *Sociologia para jovens do século XXI* (259.107 exemplares). Fonte: <http://www.fnnde.gov.br/programas/livro-didatico/livro-didatico-dados-estatisticos>

autores da Sociologia, sem que seja citado o antropólogo Louis Dumont, uma das principais referências sobre o assunto.

O livro de Tomazi dedica uma unidade a alguns temas da antropologia: “Cultura e ideologia”. Em 41 páginas e três capítulos, o autor apresenta autores clássicos da disciplina, suas contribuições para a compreensão da “cultura” e alia essa discussão à de ideologia e indústria cultural, apresentando reflexões contemporâneas sobre a mídia e o universo da internet. No entanto, é importante destacar essa escolha pautada por sua filiação ideológica, que opta por abordar a cultura, após introduzir seu conceito antropológico, como um mecanismo de dominação ideológica, como ressalta o Guia do Livro Didático. Além disso, a utilização de textos etnográficos seria um interessante recurso para trabalhar temáticas como gênero e sexualidade, não exploradas pelo autor.

Podemos dizer que o conceito de “cultura” é muito vinculado à Antropologia e, de fato, é um de seus grandes temas, senão o principal, e engloba diversas discussões, mobilizando autores e pesquisas sob diferentes aspectos de abordagem. Nesta unidade do livro de Tomazi, o primeiro tópico, “os significados de cultura”, é construído a partir da análise do filósofo Félix Gattari, explorando os significados da cultura enquanto “valor”, “alma coletiva” e “mercadoria”. Somente no segundo tópico, “Cultura segundo a Antropologia”, o conceito é explicado a partir dessa área do conhecimento.

Tomazi apresenta algumas definições de autores clássicos, que englobam desde uma visão universalista a uma visão particularista, para proporcionar um panorama sobre como a cultura é entendida na Antropologia. Desse modo, começa com Tylor, considerado um dos primeiros a sistematizar esse conceito, passando por Franz Boas, Malinowski, Ruth Benedict e Margareth Mead, nas quais o autor destaca a relação entre cultura e personalidade; e chegando à Lévi-Strauss, para quem “a cultura deve ser considerada como um conjunto de sistemas simbólicos, entre os quais se incluem a linguagem, as regras matrimoniais, a arte, a ciência, a religião e as normas econômicas” (p.246). Clifford Geertz e Marshall Sahlins são citados numa perspectiva mais contemporânea, que entende a cultura como um sistema de significados criados por um grupo social. Após esse tópico, há um quadro com um pequeno de texto de Lévi-Strauss, intitulado “Universalidade e particularidade das culturas”, onde o autor faz uma analogia entre a cultura e um jogo de cartas.

Revista *Perspectiva Sociológica*, Número 17, 1º sem. 2016

No terceiro tópico, “Convivendo com a diferença: o etnocentrismo”, é apresentado um dos mais fecundos conceitos para exercitar a “imaginação sociológica” dos estudantes da Educação Básica, visto que sua compreensão nos ajuda a evitar intolerância e preconceito, além de compreender o ‘outro’ de forma menos enviesada. Tomazi destaca que o termo “etnocentrismo” foi criado pelo sociólogo William Summer em 1906 e cita o antropólogo brasileiro Everardo Rocha, que explica que se trata de um fenômeno que contém elementos intelectuais – a dificuldade de encarar a diferença – e elementos afetivos – como sentimentos de estranheza, medo e hostilidade. No item seguinte, “Trocas culturais e culturas híbridas”, Tomazi utiliza o antropólogo argentino Nestor Canclini para explorar essa temática numa perspectiva histórica. Ao discorrer sobre “Cultura erudita e cultura popular”, o autor busca evidenciar, através das ideias de Alfredo Bosi, como não ter acesso a determinados bens não significa não “ter cultura”, destacando a cultura como algo que se faz e não apenas como um produto que se adquire e evidenciando, desse modo, como não tem sentido comparar cultura erudita com popular. Ao fazermos essa comparação utilizando elementos de diferenciação social, é a “ideologia” que entra em jogo.

A partir do tópico seguinte, “A ideologia, suas origens e perspectivas”, quando Tomazi explora a cultura a partir da discussão sobre ideologia, é adotada uma perspectiva de explicação predominantemente histórica do conceito, focada em autores da sociologia, como Karl Marx e Karl Mannheim. No capítulo 19, o autor destaca a intensa relação entre Cultura e Ideologia a partir de uma análise sobre o processo de dominação na sociedade capitalista. Na discussão sobre dominação e controle, Tomazi se apropria das discussões de Antonio Gramsci sobre “hegemonia” e de Pierre Bourdieu sobre “violência simbólica”; em ambos destacando de que forma é através da cultura que os grupos dominantes garantem o controle ideológico das sociedades.

A discussão final da unidade sobre Cultura gira em torno do conceito de “Indústria Cultural”, proposto por Theodor Adorno e Max Horkheimer para analisar as relações entre cultura e ideologia. No capítulo 20, onde aborda “Cultura e indústria cultural no Brasil”, Tomazi destaca a diversidade de expressões da cultura no país, estudada por autores como Câmara Cascudo e Fernando de Azevedo, enfatizando a dificuldade de formular uma única definição para cultura brasileira. O autor utiliza o

exemplo da música para mostrar as diversas influências nas nossas manifestações culturais. A partir do tópico “Indústria cultural no Brasil”, o texto foca na discussão sobre os meios de comunicação, com uma perspectiva histórica do desenvolvimento da indústria cultural no país, desde as primeiras transmissões de rádio, a influência da televisão como o principal veículo de difusão cultural e de informação no Brasil, até a influência da internet nos dias atuais e o seu papel na democratização dos meios de comunicação de massa.

2.2 Sociologia em Movimento

O livro *Sociologia em Movimento* tem um diferencial em relação aos demais aprovados no PNL D 2015: foi escrito a 19 mãos, sendo todos os autores professores da Educação Básica, em sua maioria professores do Colégio Pedro II⁷. Está dividido em 6 unidades e 15 capítulos organizados por grandes temas, como “Mundo do trabalho e desigualdade social” e “Relações de poder e movimentos sociais: a luta pelos direitos na sociedade contemporânea”. Em linhas gerais, assim como o livro de Tomazi, na construção do texto diferentes teóricos são utilizados de forma complementar para a explicação do conteúdo referente aos temas dos capítulos. Além disso, também é um livro mais marcadamente voltado para a discussão e a utilização de autores da área da Sociologia.

A Unidade 2, “Cultura e sociedade: cultura, poder e diversidade nas relações cotidianas”, é dedicada a uma discussão que se aproxima mais do debate antropológico a partir dos capítulos 3 – “Cultura e ideologia” e 5 – “Raça, etnia e multiculturalismo”. Apesar de compor essa unidade, o capítulo 4, “Socialização e Controles Social”, não será analisado neste artigo porque é construído sob uma

⁷ Fundado em 1837, trata-se da primeira instituição de ensino secundário a adotar, em 1925, a Sociologia como disciplina obrigatória em seu currículo. Atualmente o Colégio Pedro II possui 14 *Campi* distribuídos nos bairros Centro, São Cristóvão (I, II e III), Humaitá (I e II), Tijuca (I e II), Engenho Novo (I e II) e Realengo (I e II), no Rio de Janeiro; e duas unidades nos municípios de Niterói e Duque de Caxias.

perspectiva eminentemente sociológica. O mesmo acontece com o capítulo 15 do livro, “Gênero e sexualidade”, que busca compreender essa temática como uma construção sociocultural, debatendo a questão da identidade de gênero e as consequências da desigualdade na construção dessa relação; sem, no entanto, se apropriar do debate antropológico sobre o assunto. A exceção é feita em um pequeno trecho no qual a Antropologia é citada como importante para a relativização do conceito de “família”, o que demonstra a diversidade de “arranjos possíveis para constituir o que cada sociedade chamará de família” (p.351).

O capítulo 3, “Cultura e Ideologia” é organizado em 27 páginas de forma semelhante ao livro de Tomazi, visto que inicia a discussão a partir da análise antropológica de cultura, que posteriormente é aliada ao debate sobre poder, através dos conceitos de ideologia e indústria cultural e o papel dos meios de comunicação de massa. No início do capítulo, os autores definem cultura como “constituída pelas práticas, saberes, valores e normas que orientam a organização das sociedades” (p.57), que pode se transformar constantemente. A seguir, é apresentado seu sentido no senso comum, quando cultura é associada à boa educação ou “ser culto”, e pode ser usada como uma forma de discriminação. Compreender o sentido antropológico do termo é importante para evitar esse tipo de interpretação.

Como objeto da Antropologia, os autores destacam todos os aspectos das sociedades humanas que são transmitidos pela interação social, com as diferenças entre as sociedades e os homens explicados a partir do conceito de cultura. No item “O conceito de cultura”, é feito um panorama da construção e reconstrução do conceito na disciplina, indo desde as teorias evolucionistas, as críticas feitas a essas teorias a partir da perspectiva culturalista de Franz Boas e da antropologia funcionalista de Malinowski; e chegando ao entendimento da cultura como “sistemas simbólicos”, interpretada de formas diferentes por Clifford Geertz e Claude Lévi-Strauss. Vale destacar que no decorrer do item há quadros explicativos das correntes teóricas e um breve perfil dos autores citados acima. No final do item é feita uma rápida apresentação sobre cultura material e imaterial para mostrar as duas formas de representação da cultura. No item seguinte, “Etnocentrismo e relativismo cultural” os autores apresentam essas noções opostas para explorar a

questão da diversidade cultural, ressaltando a importância do reconhecimento da alteridade para evitar atitudes preconceituosas e discriminatórias. Em um box ao final deste item, os autores apresentam a etnografia e a observação participante como os principais métodos de pesquisa antropológica e sua importância no combate ao etnocentrismo.

A partir tópico seguinte, “Cultura, ideologia e indústria cultural”, os autores abordam essa relação, destacando os meios de comunicação de massa como os principais veículos de transmissão ideológica, que tem papel essencial na conformação dos diferentes modos de expressão cultural e dos padrões culturais dominantes. O conceito de ideologia primeiro é explicado sob uma perspectiva marxista de análise, como uma falsa consciência e mecanismo de dominação de classes. Antonio Gramsci explica ideologias como “concepções de mundo, formas culturais compartilhadas por grupos sociais que atribuem sentido à sua existência” (p.69), enfatizando que o processo de dominação ocorre não somente na esfera econômica, mas também nas relações culturais. Os autores estabelecem então uma diferenciação entre cultura popular, como o saber não dominante de uma sociedade, e cultura erudita, como as práticas e valores que se originam nas classes dominantes. No entanto, a cultura de massa ofuscaria estas, por ser destinada às massas urbanas, e se caracterizar por ser homogênea e relacionada a interesses comerciais. Proveniente do desenvolvimento dos meios de comunicação, os autores relacionam essa noção de cultura à indústria cultural, que tem na Escola de Frankfurt a principal referência de abordagem. Essas teorias apontam “uma planificação da cultura, com a conseqüente restrição das possibilidades individuais de interpretar, de escolher e até mesmo de pensar” (p.71). Adorno e Horkheimer são citados como teóricos que tinham um olhar crítico a esse fenômeno, já que a sociedade industrial, com o objetivo do consumo, causaria a degradação da cultura.

Encerrando o capítulo, os autores levantam a discussão sobre a construção da identidade social, entendida como o reconhecimento, por parte dos indivíduos, “da identificação com valores, práticas e saberes com os quais estabelecem contato” (p.74). Essa noção está intimamente relacionada à de cultura, visto que envolve o pertencimento a uma coletividade, e se define em oposição a outras identidades

presentes na sociedade. Os autores citam Stuart Hall para explicar de que forma as novas identidades que surgem na contemporaneidade podem ser fragmentadas. As tribos urbanas são apresentadas no último item como uma expressão da identidade social no século XXI.

O capítulo 5, “Raça, etnia e multiculturalismo”, apresenta, em 28 páginas, o conceito de raça e discute o racismo, buscando demonstrar de que forma as relações raciais estão relacionadas com a perpetuação das desigualdades sociais. Inicialmente são apresentados os conceitos de preconceito, discriminação e segregação e suas relações com as disputas de poder em diferentes períodos históricos e contextos socioculturais. O antropólogo Kabengele Munanga é citado como uma referência no estudo da influência do preconceito velado para a eficácia discriminatória. Os autores explicam que toda ação discriminatória, preconceituosa ou segregacionista baseada na origem étnica é considerada racismo. A ciência nos séculos XIX e início do século XX desenvolveu o chamado “racismo científico” e a “tese da eugenia”, teorias que tentam justificar uma superioridade étnica a partir de supostas diferenças biológicas. “Para os estudiosos da época, o termo ‘raça’ definia um grupo humano com características próprias – físicas, psicológicas e culturais -, transmitidas desde seus antepassados” (p.113). Os autores destacam Arthur de Gobineau e Cesare Lombroso como representantes dessa linha de pensamento europeu que tiveram forte influência no Brasil. Como se trata de um país miscigenado, e isso estaria associado à “degeneração” de seu povo, alguns pensadores, como Nina Rodrigues, defendiam o “branqueamento” da população para que o país se desenvolvesse. Os autores destacam o racismo como uma forma de justificar a dominação de um grupo sobre outro. No Brasil, foi estimulada a imigração de mão de obra europeia após a abolição não só por razões econômicas, mas também para promover o “branqueamento” da população brasileira. Gilberto Freyre é destacado para mostrar que, a partir da década de 1930, uma nova perspectiva sobre a questão racial foi desenvolvida e a miscigenação seria a expressão de um bom convívio entre as diferentes “raças”, o que caracterizaria o Brasil como uma “democracia racial”. Florestan Fernandes desconstruiu em seus estudos essa visão de convívio harmonioso, enfatizando que a democracia racial é um “mito” que ajuda a justificar a posição inferior do negro na nossa sociedade.

Os autores enfatizam que o conceito “etnia” é uma forma contemporânea de abordar a dinâmica de interação entre os diferentes grupos. Esse conceito desloca dos aspectos biológicos para os aspectos culturais o que caracteriza os grupos humanos, superando o conceito de “raça” e se relacionando intimamente à diversidade cultural. Nesse debate contemporâneo, o conceito de multiculturalismo surge como uma forma de combater “a ideia de homogeneidade cultural fundamentada no eurocentrismo” (p.120). Na perspectiva antropológica, é apresentado aos alunos como uma compreensão da sociedade enquanto uma “convergência de diferentes culturas que, em vez de se submeterem a um padrão único, misturam-se de modo original, formando diversos mosaicos culturais” (p.121). O multiculturalismo é também apresentado como um movimento político e social de grupos culturais dominados que buscam reconhecimento e representação na cultura nacional. Isso pode acontecer através de políticas públicas não apenas voltadas aos diferentes grupos étnicos e sociais, mas também produzidas por eles.

2.3. Sociologia Hoje

O livro *Sociologia Hoje*, escrito por Igor José de Renó Machado, Henrique Amorim e Celso Rocha de Barros, é o único livro aprovado no PNLD 2015 organizado de forma a separar as três áreas das Ciências Sociais, que são apresentadas de forma independente. Sua primeira parte é dedicada à Antropologia, a segunda parte à Sociologia e a terceira parte foca na discussão da Ciência Política. Nesse sentido, tem o mérito de ser o livro que mais destaque dá às áreas da Antropologia e da Ciência Política, abordadas de forma equilibrada no que se refere ao número de páginas em relação à Sociologia. Por outro lado, não há um fio condutor entre as três áreas do conhecimento e temas de fronteira entre as disciplinas, exigidos pelo edital do PNLD, são negligenciados, como “socialização” e “indústria cultural”.

Na Introdução do livro, os autores apresentam as Ciências Sociais, destacando a importância dos conceitos e métodos no distanciamento em relação ao senso comum. A Antropologia é apresentada como “a ciência que busca entender como o ser humano pode levar vidas tão diferentes” (p.14), destacando a “diferença” e a

grande diversidade da experiência humana como os grandes interesses da disciplina e eixo condutor da abordagem do livro.

A Unidade 1 do livro, denominada “Cultura”, possui 90 páginas e é dedicada exclusivamente à área da Antropologia. Na apresentação da Unidade, os autores destacam a importância dos conceitos de cultura, identidade e etnicidade para compreender a grande variedade da experiência humana no mundo e no Brasil. Esta Unidade se divide em cinco capítulos. Na construção dos capítulos, diferente dos outros dois livros analisados, as teorias são o mote e não o complemento. Após a leitura dos capítulos, é possível afirmar que os autores apresentam um panorama da história e das principais correntes teóricas da antropologia. Trata-se de uma abordagem qualificada sobre o assunto, que aborda discussões talvez muito complexas para os objetivos do currículo do Ensino Médio.

O capítulo 1, “Evolucionismo e diferença”, destaca a influência do avanço colonialista e imperialista na construção da Antropologia do século XIX, com a crítica sobre a ideia de “progresso” e do conhecimento utilizado a serviço da dominação exercida pelos europeus. O Evolucionismo é explicado como uma tentativa de escalonar as sociedades europeias em graus de evolução, cujo ápice seria a sociedade europeia. Autores como Lewis Morgan, Edward Tylor e James Frazer são citados como expoentes dessa corrente. Machado *et al* destacam também a existência do Estado e da propriedade privada para diferenciar a organização social europeia das sociedades não ocidentais, que estruturam seu modo de vida segundo os sistemas de parentesco.

Ainda no capítulo 1, os autores fazem o questionamento ao Evolucionismo enfatizando o etnocentrismo como fio condutor dessas teorias. Para demonstrar a complexidade das populações indígenas, Machado *et al* fazem uma ponte como o estruturalismo de Claude Lévi-Stauss (há um box com o perfil do autor) e apresentam as mitologias ameríndias como exemplos da grande variedade e riqueza cultural dessas populações, com destaque para o Brasil.

O capítulo 2, “Padrões, normas e cultura”, é dedicado a trabalhar o conceito de “cultura”, que surge em oposição ao evolucionismo do século XIX. Os autores

destacam a centralidade de Franz Boas para transformar o significado do conceito, que passa a ser pensando no plural, o que permite desconstruir hierarquias e valorizar a diversidade. A noção de “relativismo cultural”, construída em oposição ao etnocentrismo, é apresentada como fundamental para “encarar a diversidade sem impor valores e normas alheios” (p.49), contribuindo na luta contra o racismo. Também é problematizada no sentido de que não significa aceitar tudo, mas entender as práticas culturais e as relações de poder e opressão que podem estar por trás delas.

O capítulo faz também a discussão sobre “padrões culturais” como comportamentos e práticas regulares que produzem indivíduos com inclinações semelhantes. Margareth Mead e Ruth Benedict são citadas como referências nessa corrente, que entende a cultura como o filtro através do qual vemos o mundo. A partir da segunda metade do século XX, os autores destacam a influência de Clifford Geertz, David Schneider e Marshall Sahlins para dinamizar o conceito de cultura, que “não se limita mais a uma série de comportamentos, mas constitui um sistema que organiza a experiência das pessoas na vida, ordenando até mesmo os processos de transformação” (p.54). No final do século XX, Machado *et al* chamam a atenção para a crítica feita ao conceito de cultura, já que as narrativas etnográficas fariam pelos outros, excluindo a voz das populações estudadas, estimulando estereótipos e preconceitos. Apesar disso, quando bem empregado continua válido justamente para dar sentido ao que causa estranheza e preconceito.

No capítulo 3, intitulado “Outras formas de pensar a diferença”, os autores apresentam a antropologia inglesa e a francesa para discutir o tema sem recorrer ao conceito de cultura. É trabalhado então o conceito de “estrutura”, que, para os antropólogos ingleses, seria a relação entre as diversas partes que compõem a sociedade. Assim, são explicados os conceitos de “função” e “estrutura social” na perspectiva de Malinowski, Radcliffe-Brown e Evans-Pritchard, com destaque para a ideia de que a sociedade é um todo organizado e estável. A antropologia francesa aborda a noção de estrutura de outra forma: Marcel Mauss e Levi-Strauss buscaram explicações gerais para os fenômenos humanos. Dessa forma, Levi-Strauss retomou os projetos comparativos do evolucionismo, mas sem a noção de progresso.

Estrutura, aqui, seria uma forma universal de pensar o mundo, que explica por que diferentes sociedades produzem/fazem coisas semelhantes, como mitos e sistemas de parentesco.

Machado *et al* destacam que nas sociedades ditas “complexas”, esses conceitos não dão conta de explicar a realidade por pressupor a ideia de estabilidade e equilíbrio. Entra em cena então, a partir da década de 1960, antropólogos que buscaram pensar as mudanças e transformações sociais a partir dos conceitos de etnicidade e identidade. Max Gluckman e Fredrik Barth são citados como referências para entender o conceito de “eticidade”, explicado a partir do contraste entre grupos que compartilham algo em comum, e pode ser instrumento de luta política, como no caso das “minorias”. A ideia de “etnia”, assim, refere-se aos grupos não dominantes, visto que os “dominantes não se pensam como distintos ou fora da cultura predominante” (p.69). No final do século XX ganha destaque o conceito de “identidade” para pensar a diferença. Para além de uma ancestralidade comum que supõe o conceito de etnicidade, se refere a experiências coletivas variadas e pressupõe um processo em constante construção, já que é possível ter várias identidades sociais. Finalizando o capítulo, os autores citam Stuart Hall como uma referência para pensar a identidade tanto como o que se escolhe, como aquilo sobre o que não há controle, como a discriminação racial, por exemplo.

No capítulo 4, “Antropologia Brasileira”, os autores fazem um panorama da história da disciplina no país, dividindo-a em quatro períodos, nos quais destacam as principais influências externas e nacionais. Machado *et al* destacam, no primeiro período, que vai do fim do século XIX até a década de 1930, a influência do darwinismo social e um grande pessimismo em relação ao povo brasileiro devido à miscigenação, o que incentivou políticas de imigração europeia para “branquear” o Brasil. São citados como autores importantes dessa época Nina Rodrigues, Silvio Romero e Euclides da Cunha, entre outros. No segundo momento, que vai até a década de 1960, essa visão negativa se transforma e a miscigenação passa a ser vista como o trunfo para uma democracia racial. Entre outros autores influentes, Gilberto Freyre se destaca nesse período e nessa perspectiva. O debate sobre o tema das relações raciais no Brasil é abordado no capítulo, e os autores salientam a

importância do Projeto Unesco para desconstruir a ideia de democracia racial. Atualmente, a antropologia tem se dedicado a estudar as relações raciais no Brasil com foco na noção de “identidade”.

Para a consolidação da antropologia no Brasil, que ocorre a partir da década de 1960 com o surgimento das pós-graduações, antropólogos como Roberto DaMatta, Gilberto Velho, Darcy Ribeiro, Roberto Cardoso de Oliveira e Eunice Durham são referenciados. As populações marginalizadas das cidades, as populações indígenas e camponesas também são foco de reflexão em um período que a sociedade ainda sente os efeitos da urbanização e da industrialização. Nesse período, a noção de “etnia” foi importante para compreender as relações raciais, populações indígenas, os imigrantes e seus descendentes. A antropologia urbana amplia o espectro de temas, como a violência, o lazer das classes populares, as ‘tribos urbanas’, gênero e sexualidade, entre outros. O período atual é marcado pela influência dos movimentos sociais e pelas demandas de populações excluídas.

Finalmente, o capítulo 5, intitulado “Temas contemporâneos da Antropologia”, retoma as discussões sobre cultura, identidade e etnicidade para mostrar que são contemporâneas. Destaca também a perspectiva interpretativa de análise, construída a partir da década de 1970 por antropólogos como Geertz e Sahlins, que entendem a cultura como um sistema de símbolos. Essa vertente entende a cultura como textos que podem ser lidos, mas sem a visão do nativo sobre a sua própria cultura. A partir disso, Machado *et al* apresentam a discussão crítica sobre a ‘autoridade etnográfica’, característica do chamado ‘pós-modernismo’ antropológico. Além do pós-modernismo, os autores chamam a atenção para a vertente “pós-colonialista” da antropologia, que se preocupou com as implicações políticas das descrições antropológicas relacionadas ao colonialismo.

O capítulo também faz uma discussão sobre gênero, destacando seu impacto nas teorias de parentesco. Autoras como Gayle Rubin e Sherry Ortner são referências nesses estudos antropológicos que buscaram desconstruir as ideias de homem e mulher, entendidos a partir de então como construções socioculturais. Com isso, o parentesco foi desconectado da reprodução, ampliando as perspectivas do que pode ser considerado como tal.

Na parte final do capítulo, os autores trazem o debate sobre as grandes rupturas do campo antropológico. Roy Wagner é um dos autores que desestabilizou o campo ao apresentar a “invenção da cultura”, ou seja, essa noção está sendo constantemente inventada, seja por antropólogo ou nativo, e, portanto, está em constante processo de transformação. Esse movimento é relevante porque “colocar no mesmo nível os conceitos nativos e antropológicos permitiu superar uma desigualdade importante, que acontecia quando o antropólogo resumia o conhecimento nativo a seus próprios conceitos” (p.104). Outros intelectuais, como Marilyn Strathern, Bruno Latour e Eduardo Viveiros de Castro são citados porque também repensam os conceitos antropológicos a partir dos conceitos nativos. Nesse movimento, a separação entre natureza e cultura foi criticada e reavaliada, colocando em xeque o próprio pensamento científico.

III. Considerações finais

Conforme orientação do Edital do PNLD para a construção dos livros didáticos, as obras analisadas constroem a abordagem antropológica principalmente a partir do conceito de cultura. Destaca-se a dicotomia entre a concepção universalista (expressa pelo evolucionismo cultural e sistemas estruturais, por exemplo) e relativista de cultura (relativismo cultural e cultura como sistemas simbólicos, por exemplo), que permeia a discussão de todos os autores clássicos citados e constitui pontos de vistas férteis possibilitados por diferentes usos da noção de cultura.

Segundo Gonçalves (1996), os antropólogos construíram a noção de cultura para pensar as experiências humanas, as diferenças entre ‘civilizados’ e ‘primitivos’, entre ‘nós’ e os ‘outros’. No evolucionismo da segunda metade do século XIX, palavras como ‘origem’, ‘evolução’ e ‘cultura’ passaram a desempenhar um papel fundamental para explicar e pensar sobre os seres humanos. Neste vocabulário, a palavra “cultura” é usada essencialmente no singular. O autor afirma que “esse deslocamento do singular para o plural é que vai marcar a genealogia da noção de cultura, tal como aparece no discurso antropológico moderno. Isso vai ocorrer em fins do século XIX e início do século XX” (GONÇALVES, 1996, p.160). Assim:

Esse período, que cobre aproximadamente dois terços do século XX, parece tão obcecado por essa noção etnográfica de 'cultura' quanto o século XIX estava obcecado pelas noções de evolução, raça, origem, história e progresso. Segundo essa concepção de cultura, também conhecida como 'relativismo cultural', os seres humanos são constituídos por sistemas de signos diferenciados, através dos quais pensam e articulam suas experiências, suas relações com a sociedade e a natureza. Geertz descreveu esse processo como 'o impacto do conceito de cultura sobre o conceito de homem', argumentando como provocou um descentramento sobre a noção de homem tal como esta se configurava no vocabulário iluminista francês do século XVIII (onde os homens seriam idênticos em todo e qualquer lugar e as 'culturas' apenas 'roupas' que ocultariam uma identidade profunda). No horizonte aberto pela noção etnográfica de cultura, as diferenças culturais não seriam roupas ou máscaras que os homens vestiriam ou despiriam à vontade, mas, na verdade, constituiriam os seres humanos, seus pensamentos, suas emoções, e suas práticas. Em outras palavras, sem culturas, ou sem linguagens, não haveria seres humanos (GONÇALVES, 1996, p. 161 e 162).

Destaca-se a relação entre a concepção universalista e relativista de cultura por entendermos que permeia todo o campo de conhecimento da disciplina, e está manifesta também nos cursos introdutórios da Antropologia no Brasil. No que se refere à apropriação da disciplina na Educação Básica, os três livros analisados fazem essa discussão introdutória da disciplina no Ensino Superior, ao explorar os conceitos de "etnocentrismo" e "relativismo cultural", além de destacar a diferença entre essas duas concepções de cultura e apresentar alguns dos autores considerados clássicos.

Como pesquisadora que também atua na Educação Básica, considero a abordagem da obra *Sociologia em Movimento* mais apropriada para os fins da Educação Básica, onde a disciplina deve "oferecer uma perspectiva 'desnaturalizada' e 'crítica' da vida social", segundo o Edital do PNLD 2015. Nesse sentido, é importante destacar que é o único dos livros analisados que foi escrito por autores que atuam como docentes no Ensino Médio. O livro consegue relacionar bem os debates suscitados pela Antropologia à realidade dos alunos, com uma linguagem acessível, especialmente no que se refere à relação entre cultura, poder e dominação; a construção da identidade social e o esclarecimento sobre conceitos como "raça" e "etnia". O livro *Sociologia para o Ensino Médio*, apesar de possuir uma linguagem acessível, é mais limitado na abordagem antropológica e negligencia debates importantes, como relações raciais, gênero, etnicidade e identidade social.

O livro *Sociologia Hoje* é mais dedicado à Antropologia e tem o mérito de apresentar aos estudantes conceitos centrais na disciplina, como parentesco, etnicidade, identidade, relativismo cultural, etnocentrismo, estrutura e aculturação. No entanto, os autores parecem se distanciar do Ensino Médio ao complexificar o debate e abordar assuntos muito específicos, mais voltados para o curso de Antropologia no Ensino Superior do que para o objetivo de formação geral e básica da disciplina Sociologia na Educação Básica. É o caso, por exemplo, da discussão sobre sistema de parentesco e sobre o histórico do desenvolvimento da antropologia no Brasil. Trata-se de um livro que possibilita uma formação inicial em Antropologia, abordando inclusive teóricos contemporâneos que não são conhecidos por muitos cientistas sociais, como Roy Wagner e Bruno Latour; mas que vai além ou fica aquém da especificidade do Ensino Médio.

Referências bibliográficas

BRASIL. Orientações curriculares para o Ensino Médio. Volume 3 – Ciências Humanas e suas tecnologias. Brasília: MEC, Secretaria de Educação Básica, pp. 101-133, 2006a.

_____. Orientações curriculares complementares aos Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (PCN+). Brasília: MEC, Secretaria de Educação Básica, pp.87-99, 2006b.

_____. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Lei nº 11.684, de 2 de Junho de 2008.

Edital PNLD 2015, disponível em:

<http://www.fnde.gov.br/programas/livro-didatico/livro-didatico-editais/item/4032-pnld-2015>

DAUSTER, T. *Antropologia e Educação: um saber de fronteira*. Rio de Janeiro: Forma & Ação, 2007.

GONÇALVES, J.R. “A obsessão pela cultura” In: PAIVA, M. (org.) *Cultura. Substantivo Plural*. 1996.

GROSSI, M. P.; TASSINARI, A.; RIAL, C. (orgs). *Ensino de Antropologia no Brasil: formação, práticas disciplinares e além fronteiras*. Blumenau: Nova Letra; ABA, 2006.

GUIA de livros didáticos: PNLD 2015: Sociologia: ensino médio. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2014.

TAVARES, F; GUEDES, S. e CAROSO, C. *Experiências de ensino e prática em Antropologia no Brasil*. Brasília (DF): Ícone Gráfica e Editora/ABA, 2010.

TRAJANO FILHO, W. e RIBEIRO, G. L. (orgs). *O campo da antropologia no Brasil*. Contra capa Livraria / Associação Brasileira de Antropologia, 2004.